



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/21

FLS. 2936 RUBRICA C

ATA DE ANÁLISE DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES APRESENTADOS PELAS LICITANTES.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 015/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17.142/2021

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas à Rua Segisfredo de Oliveira Bravo, nº 86, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Caroline Santos Ramos Marinho, Flavio Fernandes José da Silva e Ricardo Sodré Aguiar, nomeados através da Portaria Nº 553, de 14 de julho de 2023, para análise dos recurso administrativos e suas contrarrazões para julgamento do Processo nº 17.142/2021, Concorrência Pública nº 015/2023, do tipo menor preço por lote, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA CONTEINERIZADA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES FEITA EM CAMINHÃO COMPACTADOR DOTADO DE TELEMETRIA; COLETA TRADICIONAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CAMINHÃO COMPACTADOR DE 6M<sup>3</sup>; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, TRITURAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE, INCLUINDO O GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS; DESOBSTRUÇÃO DE REDES E GALERIAS PLUVIAIS UTILIZANDO CAMINHÃO MUNIDO DE EQUIPAMENTO PARA HIDROJATEAMENTO COMBINADO A SUÇÃO A VÁCUO; E REMEDIAÇÃO E OPERAÇÃO DE LOCAL DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COM MANUTENÇÃO DE CÉLULA PARA DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS; SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS (SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA), SISTEMA DE DRENAGEM DE GASES E SISTEMA DE DRENAGEM DE LÍQUIDOS PERCOLADOS**, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

#### I – BREVE RELATÓRIO:

Trata-se de concorrência pública n.º 015/223, processo administrativo n.º 17.142/2021, instaurado pela Prefeitura Municipal de Saquarema com vistas à “Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta containerizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares feita em caminhão compactador dotado de telemetria; coleta tradicional e transporte de resíduos sólidos em caminhão compactador de 6m<sup>3</sup>; coleta, transporte, tratamento, trituração e disposição final de resíduos de saúde, incluindo o gerenciamento dos serviços; desobstrução de redes e galerias pluviais utilizando caminhão munido de equipamento para hidrojateamento combinado a sucção a vácuo; e





PROCESSO Nº 17.142/21  
FLS. 2936 RUBRICA C

remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos, com manutenção de célula para depósito de resíduos sólidos; sistema de drenagem de águas (superficial e subterrânea), sistema de drenagem de gases e sistema de drenagem de líquidos percolados.”

Da sessão de recebimento dos envelopes propostas e de habilitação:

Aos 18 de setembro de 2023, às 15:00 horas à Rua Segisfredo de Oliveira Bravo, nº 86, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Caroline Santos Ramos Marinho, Flavio Fernandes José da Silva e Ricardo Sodré Aguiar, nomeados através da Portaria Nº 553, de 14 de julho de 2023, para julgamento do Processo nº 17.142/2021, Concorrência Pública nº 015/2023, do tipo menor preço por lote, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário. Conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. As retiradas do Edital ocorreram pelo Portal de Compras e Licitações. Dados 15 (quinze) minutos de tolerância compareceram as seguintes empresas: GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA, FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CONSÓRCIO D2AMBIENTAL (DELURB AMBIENTAL LTDA E DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA), FORÇA AMBIENTAL LTDA e CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA (LIMPPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA E ARPOADOR SERVIÇOS LTDA). Iniciada a fase de credenciamento, as empresas foram CREDENCIADAS. Foi realizada consulta aos Cadastro de Empresas inidôneas e Suspensas -CEIS, Cadastro de inidôneos do TCU e o SICAF que não retornaram resultados em suas bases de dados. Pelo grande número de licitantes credenciados, foi nomeada uma comissão de fiscalização para assinatura dos documentos, composta por 03 (três), a saber: GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA, FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA e o CONSÓRCIO D2AMBIENTAL. O presidente prosseguiu com a abertura dos envelopes "A" documentos de habilitação e solicitou a comissão de fiscalização que rubricasse todos os documentos e as extremidades dos envelopes "B" de proposta de preços. Após, informou aos licitantes presentes que irá sobrestar a sessão para análise de documentos de habilitação pela CPL e análise técnica pela Secretaria Municipal requisitante. Fica sobrestada a sessão e aprazada a sua continuidade, a data do retorno será publicada no Diário Oficial do Município e demais órgãos de imprensa. A próxima sessão prosseguirá o resultado de análise dos documentos de habilitação e abertura de prazo para recurso. Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 16:30 horas, da qual eu, Samuel Aranda Neto, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Da sessão de divulgação do resultado de habilitação:

No dia 29 de setembro de 2023, às 11:00 horas ocorreu a continuação do certame. O Presidente abriu a sessão distribuindo cópia reprográfica do resultado da análise documental e técnica as



PROCESSO Nº 19.142/21  
FLS. 2934 RUBRICA C

licitantes presentes. A CPL decidiu pela HABILITAÇÃO da empresa: 1) FORÇA AMBIENTAL LTDA; e pela INABILITAÇÃO das demais empresas; pelos motivos expostos na Ata de Análise de habilitação do dia 27 de setembro de 2023. Entregue o resultado, o Presidente decidiu por suspender a sessão para, a quem interessar protocolar recurso administrativo. Fica sobrestada a sessão e aprazada a sua continuidade. A data do retorno será publicada no Diário Oficial do Município de Saquarema e demais órgãos de imprensa. Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 11:20 horas, da qual eu, Samuel Aranda Neto, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Isto posto, inconformadas com a decisão da Comissão Permanente de Licitação as empresas FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CONSÓRCIO D2AMBIENTAL (DELURB AMBIENTAL LTDA E DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA) e o CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA (LIMPPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA E ARPOADOR SERVIÇOS LTDA) interpuseram, tempestivamente, recursos administrativos contra a decisão que as inabilitou. O CONSÓRCIO D2 AMBIENTAL requer, também, a inabilitação da empresa FORÇA AMBIENTAL LTDA.

Ato contínuo, a empresa FORÇA AMBIENTAL LTDA apresenta, tempestivamente, suas contrarrazões aos recursos interpostos.

Cabe ressaltar que as razões recursais e a contrarrazão já estão acostadas no presente processo administrativo.

## II - DA ANÁLISE:

Conforme ordenamento adotado pela Lei 8.666/93, na etapa de habilitação a Administração deverá analisar a qualificação dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de documentos, conhecimento, experiência e aparelhamentos técnicos e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Conforme estabelece o art. 27 da Lei 8.666/93:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal.





PROCESSO Nº 19.142/21  
FLS. 2938 RUBRICA C

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Considerando tal sistemática, a legislação autoriza que a Administração exija o que esteja estritamente vinculado na legislação vigente. A Administração Pública, em sua atuação, deve pautar-se balizada pelos ditames da legalidade e da boa-fé, especialmente em se tratando do exercício do poder disciplinar.

Cabe ressaltar que inexistente boa-fé contra expressa determinação legal sendo certo que a boa-fé objetiva é o arquétipo de conduta social, consoante o qual os agentes públicos devem ajustar a própria conduta à luz dos parâmetros de equidade, lealdade e probidade.

O princípio da estrita legalidade administrativa deve ser respaldado por meio da anulação do ato administrativo que ensejou a imposição da decisão quando, em sede de pedido recursal, observando a autoridade administrativa a existência de atos válidos e capazes a ensejar a reconsideração dos atos administrativos.

O eventual acolhimento de pleito revisional se dá por força da aplicação do caráter instrumental do princípio da autotutela administrativa ante o reconhecimento de que, defrontando-se com equívocos, pode a Administração Pública rever os atos administrativos para restaurar a situação de validade e consequente regularidade. Não se trata apenas de uma faculdade, mas de um dever, pois que não pode admitir que, diante de situações irregulares, permaneça inerte. Na verdade, só restaurando a situação de regularidade é que a Administração observa o princípio da legalidade, do qual a autotutela é um dos mais importantes corolários.

Registre-se, ainda que a autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa: (1) aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais; e (2) aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento. Nessa ordem de ideias, devem restar atendidos ambos os critérios que induzem à revisão do ato administrativo por meio do pedido recursal manejado pelos interessados.

A capacidade de autotutela está hoje consagrada na hermenêutica de controle dos atos administrativos, sendo, inclusive, objeto de firme orientação do Supremo Tribunal Federal que a ela faz referência nas Súmulas: 346 e 473, in verbis:





PROCESSO Nº 17.142/21  
FLS. 2939 RUBRICA C

“Súmula 346. A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

“Súmula 473. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Dentro desse contexto, o recurso apresentado pela Recorrente CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA carece de argumentos verídicos e legais para que sua habilitação seja pertinente ao presente certame.

Primeiramente, não há argumentos em seu recurso quanto à apresentação de certidão vencida por parte da consorciada Arpoador Serviços Ltda. A consorciada apresentou certidão atinente a Fazenda Federal vencida em 16/09/2023, fl. 2193 do processo administrativo. Conforme informado nas contrarrazões da empresa Força Ambiental Ltda, no dia da entrega dos envelopes, 18/09/2023, a consorciada Arpoador Serviços Ltda não possuía certidão válida nem tão pouco emitida. O não enfrentamento por parte da Recorrente a este item, deixa claro que a consorciada não possuía Certidão válida na data do certame.

Dessa forma, a Administração não pode habilitar empresa que descumpriu o disposto em edital, especialmente no tocante ao item 9.3.3.1 – “A prova de regularidade com a Fazenda federal”, sob pena de mudar as regras do certame após o seu início, ferindo de sobremaneira os princípios da legalidade, da igualdade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

É importante destacar que a exigência de prova de regularidade com a Fazenda Federal está fundamentada no artigo 29, III da Lei 8.666/93:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

III - prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Mais uma irregularidade aponta na documentação do CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA é a falta de documentação dos sócios das 02 (duas) consorciadas, tanto a consorciada Limppar Construção e Serviços Ltda, quanto a consorciada Arpoador Serviços Ltda possuem a mesma composição societária, sendo a sociedade anônima Limppar Participações S/A sócia integral das consorciadas. O item 9.2.5 do edital estabelece a apresentação dos documentos de “Identidade e CPF de todos os Sócios e



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2940 RUBRICA C

*Diretores*". Nessa esteira, não foi apresentado para atendimento do item em questão, nenhum documento (contrato social ou CNPJ) da sócia Limppar Participações S/A. Assim, não atendeu ao item 9.2.5 do edital.

Em seu recurso, traz argumentos e cita folhas de que apresentou os documentos exigidos no item 9.2.5 do edital. Entretanto, as folhas citadas não são a verdade dos fatos. Segue trecho do recurso do Consórcio:

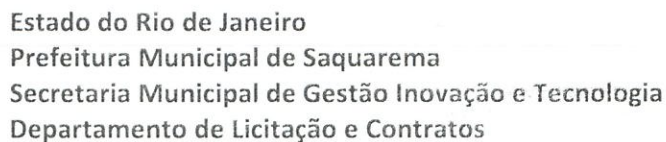
a. LIMPPAR. O item 9.2.5 foi cumprido por meio do documento apresentado na fl. 2082 e item 9.3.2 foi cumprido por meio dos documentos apresentados nas folhas 2084, 2086, 2087 e 2088.

b. ARPOADOR: o item 9.2.5 foi cumprido por meio do documento apresentado na fl. 2189.

Ocorre que as folhas mencionadas são: (i) (fls. 2082 e 2189) CNH do Administrador, não sócio, das empresas consorciadas, o Sr. Manoel Ramos Neto; (ii) (fl. 2084) Alvará de Licença para localização da empresa Limppar Construção e Serviços Ltda; (iii) (fl. 2086) Certidão do ICMS da empresa Limppar Construção e Serviços Ltda; (iv) (fl. 2087) Certidão da 2ª Procuradoria Geral do Estado – Regional Duque de Caxias da empresa Limppar Construção e Serviços Ltda; e (v) (fl. 2088) Certidão da Prefeitura Municipal de Caxias da empresa Limppar Construção e Serviços Ltda.

Segue as folhas digitalizadas:





FLS. 2941 RUBRICA C

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES - MANTENIMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO  
LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE IMPRESSÃO



R J



IDENTIFICAÇÃO

NOME: MARCELO RIBEIRO

Nº DO IDENTIFICADOR: 1100219730 UF RJ

DATA: 05/11/1973

SEXO: M

ENDEREÇO: RUA: 123 Nº: 456

CIDADE: RIO DE JANEIRO

ESTADO: RJ

PROFISSÃO: ENFERMEIRO

DATA DE NASCIMENTO: 05/11/1973

LOCAL DE NASCIMENTO: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO



ASSINATURA

NOME: MARCELO RIBEIRO

DATA: 05/11/1973

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO



IMPRESSÃO

NOME: MARCELO RIBEIRO

DATA: 05/11/1973

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO



IMPRESSÃO

NOME: MARCELO RIBEIRO

DATA: 05/11/1973

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO



IMPRESSÃO

NOME: MARCELO RIBEIRO

DATA: 05/11/1973

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO



IMPRESSÃO

NOME: MARCELO RIBEIRO

DATA: 05/11/1973

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO



IMPRESSÃO

NOME: MARCELO RIBEIRO

DATA: 05/11/1973

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO



IMPRESSÃO

NOME: MARCELO RIBEIRO

DATA: 05/11/1973

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PAIS: BRASIL

RAÇA: BRANCA

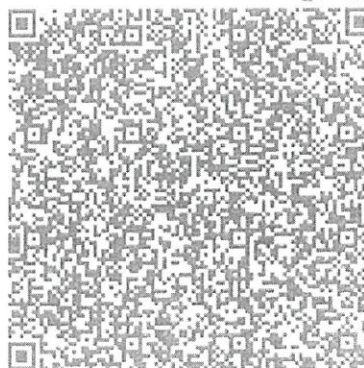
ALTURA: 1,70m

PESO: 70kg

OLHOS: AZULES

CABELO: CASTANHO

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da programação Assinador: Lerão.

As orientações para instalar o Assinador Sertpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em <https://www.sertpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO · SENATRAN

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos  
Rua Coronel Madureira, 77 – Centro – Saquarema / RJ – CEP: 28.990-756  
E-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2942 RUBRICA C

Folha 2084:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO



#### ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Número da Inscrição Municipal	Número do Processo	CNPJ da Empresa
9917497	R.F. 1304/2005	09.077.888/0001-02
Data de Emissão	Data do Início da Atividade	Validade
21/12/2021	27/08/2014	INDETERMINADA
Nome da Empresa		
LIMPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA		
Endereço da Empresa		
R.D. WASHINGTON LUIZ, 14305 - Chácara Rio Petropolis - CEP: 2623005		
Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual		
Classificação de risco das atividades abaixo: (2) Atividade de baixo risco A - Dispensada de Licenciamento; (5) Atividade de alto risco		
Atividade Econômica Principal		
9120001 (6) - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		
Atividades Secundárias		
4120400 (6) - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		
4744091 (2) - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL		
8130300 (2) - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		
Observação		
A concessão deste Alvará de Localização, em nenhuma hipótese, implica no reconhecimento de regularidade ou estabilidade econômica quanto a quaisquer obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, sanitárias, de segurança pública, de proteção à saúde, condições de edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção de incêndios, etc., cabendo ao interessado o cumprimento das obrigações legais, regulamentares e administrativas, sob pena de anulação do Alvará e consequente aplicação das sanções legais.		





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2943 RUBRICA C

Folha 2086:

11/08/2023 16:45

SEFAZ/RJ - Portal da Secretaria do Estado de Fazenda

10  
14



*Inf. 1.000.000,00*  
*10/08/2023*  
*Fis. 2086*

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DO ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2023.1.03361816  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CNPJ: 26.672.038/0001-35	CAD ICMS: não aplica
NOME FRAÇÃO SOCIAL: *****	
O CNPJ CNDSE para fins de acesso e de acesso com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria do Estado de Fazenda para a presente data. NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, inscrito e credenciado a Receita Estadual e não incorrerá nas sanções de sua responsabilidade, que sejam a sua sociedade.	
CERTIDÃO EM 11/08/2023 16:45	
VALIDADE: 10/12/2023	
Gerado e emitido com base na Resolução SEFAZ nº 105 de 04/06/2017	
OBSERVAÇÕES	
1. Esta certidão deve estar acompanhada de um dos seguintes documentos para registro perante a Receita Estadual: Nota Fiscal de Remissão ou Nota SEFAZ/QL nº 2023/2024.	
2. A validade desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site: <a href="http://www.fazenda.rj.gov.br">www.fazenda.rj.gov.br</a>	
3. Esta certidão não se destina a pagar débitos do imposto sobre o lucro líquido ("lucro líquido") e não se destina a pagar débitos do imposto sobre o lucro líquido.	
4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.	

*[Handwritten signatures]*



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 19.142/21  
FLS. 2944 RUBRICA C

Folha 2087:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
2ª PROCURADORIA REGIONAL - DUQUE DE CAXIAS  
SETOR DE DÍVIDA ATIVA

### CERTIDÃO

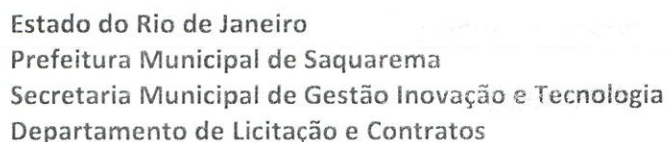
Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, que no período de 1977 até 06/06/2023, **CONSTAM DÉBITOS**, em nome da **LIMPPAR CONSTRUCAO F SERVICOS LTDA**, CNPJ nº 09.077.888/0001-35, Inscrição Estadual ISENTO, corporificados nas certidões de nº 2021/246.598-1 e 2022/369.312-6, sendo que os referidos débitos se encontram na situação prevista no art. 1º, II da Resolução PGE nº 2.690 de 05 de outubro de 2009, o que determina a expedição de **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**, nos termos do art. 206 do CTN em relação a tais débitos.

A presente certidão tem validade de 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão.

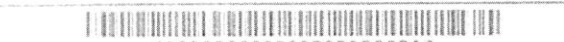
ID: 162800202306052PR005032587032

Duque de Caxias, 06 de junho de 2023.





FLS. 2945 RUBRICA Q

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS</b>		Página: 1/1 Nº: 249372/2023
AL Esmeralda, nº, Jardim Primavera - 25215-260 Email:iss@duquedecaxias.rj.gov.br Fone:(21)-2773-6241		
<b>CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - MOBILIÁRIA</b>		
 10070300990592073900217		
NOME Limpier Construção e Serviços Ltda		CÓDIGO DO CADASTRO 99859
CNPJ 09.077.888/0001-35	RU INSC. ESTADUAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 49117487
MATRÍCULA	QUADRA	LOTE
ENDEREÇO Rod Washington Luiz - 14035 - Bairro: Parque Eldorado - Duque de Caxias/RJ - 25240005		
FINALIDADE Licitação		
OBSERVAÇÃO:		
Emissão: 21/08/2023      Impressão: 21/08/2023      Validade: 19/11/2023		
<b>Observações</b>		
Certifico que até a presente data os DÉBITOS ENCONTRAM-SE SENDO PAGOS REGULARMENTE para o contribuinte acima identificado. Fica ao município o direito de cobrança.		

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos  
Rua Coronel Madureira, 77 – Centro – Saquarema / RJ – CEP: 28.990-756  
E-mail: [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21

FLS. 2946 RUBRICA C

Folha 2189:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

goubr

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Sipro.

As orientações para validar o Assinador Sipro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <http://www.sipro.gov.br/assinador-sipro/>

SERPRO SENATRAN

22.03.2021 17:30

RIO DE JANEIRO

SENATRAN CONTRAN





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2944 RUBRICA 1

Assim, não atende ao estipulado no item 9.2.5 do instrumento convocatório.

Semelhante apontamento falacioso refere-se à ausência da certidão negativa de débitos do IBAMA. O Consórcio não atendeu ao item 9.4.7 do edital, em razão da não apresentação da certidão negativa de débitos das 02 (duas) consorciadas (Limppar Construção e Serviços Ltda e Arpoador Serviços Ltda). Mais uma vez argumenta que apresentou as referidas certidões:

17. Isso porque foram juntados documentos que comprovam o preenchimento do referido requisito para ambas as empresas, sendo os documentos da empresa LIMPPAR aqueles apresentados nas fls. 2158/2159 e dos da empresa Arpoador apresentados nas fls. 2211/2212.

Observa-se que a Recorrente não analisou o exigido no item 9.4.7 por completo. Para que não paire dúvidas do julgamento adequadamente, segue item:

9.4.7. Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, além da Certidão Negativa de Débitos.

A transcrição do item acima menciona a apresentação de 02 (dois) documentos, um é o Certificado de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e o outro documento é a Certidão Negativa de Débitos, vislumbrado na parte final do item. Com isso, as folhas citadas de cumprimento do item 9.4.7 referem-se somente ao Certificado de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21

FLS. 2948 RUBRICA C

Folha 2158:

Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS  
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro nº: 0426776 Data da consulta: 18/04/2023 CR emitido em: 14/07/2023 CR válido até: 14/10/2023

Dados básicos:

CNPJ: 08.077.888/0001-35  
Razão Social: LIMPPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Nome fantasia: LIMPPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Data de abertura: 05/09/2007  
Endereço:  
Logradouro: RODOVIA WASHINGTON LUIZ  
Número: 14305 Complemento:  
Bairro: PARQUE EL DORADO Município: DUQUE DE CAXIAS  
CEP: 25240-005 UF: RJ

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTFAPP

Código	Descrição
18-01	Transporte de cargas perigosas
18-04	Transporte de cargas perigosas - Lei nº 2.303/2010
21-27	Porte e uso de motosserra - Lei nº 12.651/2010 art. 69 § 1º
21-46	Transporte de produtos florestais - Lei nº 12.651/2010 art. 36

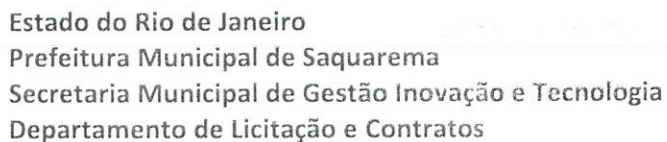
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTFAPP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTFAPP não desobriga a pessoa física de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigidos por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTFAPP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e transiçoes

Chave de autenticação: A1PNV3UCW89VR7G3

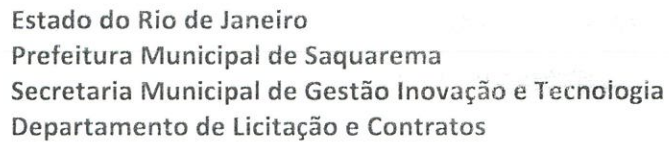




FLS. 249 RUBRICA C

[www.bomg.gov.br/ufpb/modulos/certificadoforegistro/comprovante\\_registro.php](http://www.bomg.gov.br/ufpb/modulos/certificadoforegistro/comprovante_registro.php)[illegible]

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos  
Rua Coronel Madureira, 77 – Centro – Saquarema / RJ – CEP: 28.990-756  
E-mail: [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)



PROCESSO Nº 14.142/P1  
FLS. 2950 RUBRICA C

FLS. 2490

RUBRICA

18/09/2023 15:20

services.chama.gov.tr/infrastructure/certificadoregistracompromisso\_registro.php

 <p>Ministero dell'Interno Dipartimento per gli Affari Interni DIREZIONE GENERALE</p>	 <p>MINISTERO DELL'INTERNO</p>	<p>1. Cognome e Nome: _____</p> <p>2. Data di nascita: _____</p> <p>3. Luogo di nascita: _____</p> <p>4. Indirizzo: _____</p> <p>5. Città: _____</p> <p>6. Provincia: _____</p> <p>7. Stato: _____</p>
<p>8. Data di rilascio: _____</p> <p>9. Validità: _____</p> <p>10. Note: _____</p>		

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos  
Rua Coronel Madureira, 77 – Centro – Saquarema / RJ – CEP: 28.990-756  
E-mail: [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/21

FLS. 2951 RUBRICA

Folha 2212:

Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS  
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro nº	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
108410	18/09/2023	18/09/2023	18/12/2023

Dados básicos:

CNPJ	02.780.143/0001-99
Razão Social	ASPOADOR SERVIÇOS LTDA
Nome fantasia	ASPOADOR SERVIÇOS LTDA
Data de abertura	18/09/1998

Endereço:

Logradouro	RODOVIA ERNANI DO AMARAL TIPO II
Nº	22402
Bairro	SÃO JOSÉ DO IMBASSAI
CEP	24931-000
Complemento	QUADRA 10115
Município	MARICÁ
UF	RJ

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTEAPP

Código	Descrição
18-1	Transporte de cargas perigosas

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICAMOS que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTEAPP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTEAPP não obriga a pessoa inscrita a obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTEAPP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação: NV1M0IYVQMXPM/NI

Nesse aspecto, é indiscutível que a licitante que não apresentar a documentação exigida conforme o edital deverá ser declarada inabilitada por descumprimento às normas do Edital.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2952 RUBRICA C

Nessa linha de apontamentos falaciosos, temos a terceira citação que não corresponde aos documentos apresentados pelo CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA. Dessa vez é a falta de apresentação da licença de operação para as atividades de coleta e transporte de resíduos urbanos e de resíduos de serviços de saúde da consorciada Arpoador Serviços Ltda, em atendimento ao item 9.4.9 do edital.

Assim, busca causar confusão processual a Comissão Permanente de Licitação, o CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA faz alusão de que cumpriu o exigido no edital. Acontece que as folhas citadas em sua defesa, mais uma vez, não condizem com os documentos apresentados:

E) ITEM E: LICENÇA DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE E COLETA DE RESÍDUOS DE SAÚDE

19. A d. Comissão consignou ainda, como razão para a inabilitação do Consórcio, a suposta não comprovação do atendimento ao item 9.4.9, aduzindo que *"a Consorciada Arpoador Serviços LTDA não apresentou Licença de Operação para comprovar as atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e de resíduos de serviços de saúde"*.

20. Também esse fundamento não se sustenta, na medida em que a Licença de Operação foi apresentada nas fls. 2160/2162.

As folhas 2160/2162 são apenas a Licença de Operação da outra consorciada Limpar Construção e Serviços Ltda.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/PJ  
FLS. 2953 RUBRICA C

Folha 2160:

05/10/2018 14:10:18

05/10/2018 14:10:18



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

63.01.01.18

LO N° 1N002801

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.101, de 04 de outubro de 2007, e pelo Decreto nº 45.619, de 2 de abril de 2019, em especial, do Decreto nº 45.890, de 23 de dezembro de 2018, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais procedimentos de Controle Ambiental - SILECA, concede o presente instrumento a:

**LIMPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ nº 09.070.888/0001-35

Endereço: RODOVIA WASHINGTON LUIZ 14305 - PARQUE ELDORADO - DUQUE DE CAXIAS - RJ

Objeto:

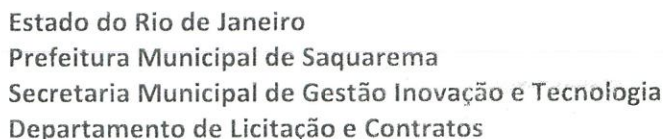
coleta e transporte indistinto de Resíduos Sólidos de Sanitários - RSS dos grupos A, B, D e E e Resíduos Sólidos Urbanos - RSU

No seguinte local:

**EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RJ.**

Prazo de validade:

05/10/2018 14:10:18



FLS. 2959 RUBRICA

7-Destinar os resíduos coletados somente a empresas com licença ambiental válida.

S8 Compri 2 NUP-INA-14 - Programa de Auto controle de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores de Cade Diesel - PROCON-ET/MAÇAPRETA, aprovada de acordo com a Resolução CONAMA nº 38, de 13.12.14.

9- Cumprir a ABNT - NBR 13.221 - Transporte Terrestre de Resíduos;

10) Monitor sistema de rastreabilidade on-line nos veículos transportadores de resíduos;

Em 2012, atualizado o Plano de Ação para Emergência - PAE, revisando-o sempre que houver mudanças significativas, principalmente na coordenação da equipe de emergência e nos telefones de contato, encaminhando ao INIA uma cópia.





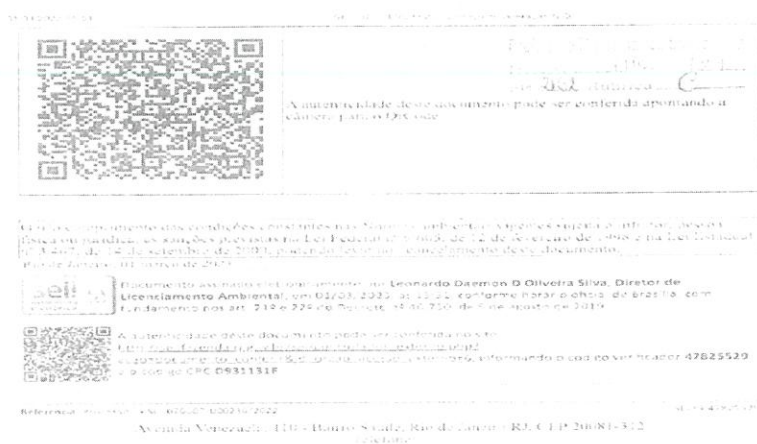
Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 18.142/21  
FLS. 2959 RUBRICA C

Folha 2162:



Convém esclarecer que a vinculação ao ato convocatório, princípio fundamental das licitações, determina que os atos sucessivos do certame acordem com os dispositivos do edital. Nessa forma, a apresentação da Licença de Operação se faz necessária pelas 02 (duas) empresas integrantes do Consórcio. O item 7.6.9 do instrumento convocatório exige a apresentação de forma individualizada de cada integrante do consórcio.

7.6.9. O consórcio apresentará, em conjunto, a documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, técnica, qualificação trabalhista, econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista.

Ratificando a fundamentação legal, o artigo 33, III da Lei 8.666/93 admite a apresentação dos documentos exigidos nos artigos 28 a 31 desta lei, admitindo apenas o somatório dos atestados, vejamos:

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio,



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 296 RUBRICA C

Tais fatos 'falaciosos' narrados em sua defesa possuem a faculdade de frustrar o objetivo da licitação que consiste na seleção do futuro contratado da Administração Pública, o qual será responsável por executar o objeto do contrato. Afinal, a licitação é um processo destinado a escolher, de forma objetiva, o futuro contratado, dentro da legalidade.

Indo mais além, fica evidente que o CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA pode extrapolar a linha divisória de causar confusão processual para a linha de litigância de má-fé por parte do CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA.

Por oportuno, registro, a litigância de má-fé está prevista no nosso ordenamento jurídico, mais precisamente no artigo 80 do Código de Processo Civil:

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

**II - alterar a verdade dos fatos;**

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

**V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;**

VI - provocar incidente manifestamente infundado;

**VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.**

Nessa linha, com a *máxima vênia*, sem prejuízo a ações futuras, verifica-se o enquadramento de vários incisos do referido artigo como: (i) II - alterar a verdade dos fatos; (ii) V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; e (iii) VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

Assim, mesmo existindo possibilidades jurídicas de apresentação de recursos, de pedir determinadas provas, fazer determinados pedidos nos processos, o que, a princípio poderia ser tido como um ato lícito, pode a vir se tornar ilícito em razão do abuso em sua utilização.

Portanto, avaliar, *in casu*, deve ser a conduta do CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA na presente concorrência pública.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 19.142/21  
FLS. 2999 RUBRICA C

um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexistente este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

Assim, as empresas participantes do consócio devem apresentar suas licenças operacionais de forma individualizada para cada integrante do Consórcio. A falta de documentos requer inabilitação.

Dessa forma, está claro que a consorciada Arpoador Serviços Ltda não possui licença operacional, conforme preconiza o item 9.4.9 do edital.

Considerando os argumentos falaciosos trazidos pelo CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA em sua defesa na tentativa de induzir o julgamento equivocado desta Comissão Permanente de Licitação, é possível, em análise extensiva, ser passível de punição e restrição nos trâmites legais processuais.

O artigo 87, III e IV da Lei 8.666/93 estipulam a aplicação de sanções administrativas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos e a declaração de inidoneidade:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Diante disso, o artigo 88 da mencionada Lei estende a aplicação das penalidades às empresas ou aos profissionais que pratiquem atos ilícitos visando frustrar o objetivo da licitação:

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2958 RUBRICA C

Cabe ressaltar que o CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA manifesta expressamente em sua peça recursal que só está participando do Lote 01, tendo em vista não ter apresentado documentos técnicos em atendimento aos itens 9.4.2 e 9.4.3, relativo ao subitem 9.4.2.3, o qual trata da remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos.

Já no caso da inabilitação do CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA pertinente aos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares dotados de telemetria, o Consórcio comprovou a execução deste serviço em seus atestados.

O recurso apresentado pela empresa FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA define muito bem o que é a telemetria:

*Telemetria veicular: O que é?*

Por definição, a telemetria é representada pela junção de "Tele" = "remotamente", e "metria" = "medição". Assim, a "telemetria" caracteriza-se pela "a arte de medir distâncias remotamente".

Diante dessa definição, a telemetria veicular é, portanto, uma tecnologia capaz de coletar dados e informações de todo tipo de veículo, sempre de forma remota.

Por meio desta tecnologia é possível coletar, armazenar e disponibilizar uma vasta gama de dados como:

Localização exata;

Paradas realizadas;

Consumo de combustível;

Velocidade média e instantânea, dentre muitas outras informações.

*Como funciona a telemetria?*

Como citado anteriormente, a telemetria é utilizada para coletar vários dados de forma remota. Para isso, um equipamento é instalado nos veículos para captar todas as informações referentes à utilização deles.

Este equipamento emite sinais de rádio, rede de telefonia ou satélite que são enviados a um servidor. Lá, os dados são interpretados por um sistema de gestão capaz de gerar vários relatórios e dados de acordo com a necessidade de cada gestor de frotas.

Dessa forma, fica evidente o atendimento do CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA em relação aos itens 9.4.2 e 9.4.3, relativo ao subitem 9.4.2.1., que trata da Coleta containerizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares feita em caminhão compactador 15 m3 dotado de telemetria; 50% do valor da planilha orçamentária;

Por conseguinte, verificamos, também, o atendimento por parte do CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA em relação ao item 9.4.3 do edital, no tocante a desobstrução de redes e galerias pluviais utilizando caminhão munido de equipamento para hidrojateamento combinado a sucção a vácuo. O





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 299 RUBRICA C

Consórcio demonstrou prova de possuir em seu quadro permanente responsável técnico devidamente habilitado e registrado junto ao respectivo conselho de classe e que seja detentor de atestado de responsabilidade técnica, por execução de serviço de característica semelhante ao objeto desta licitação. A comprovação da capacidade técnica será feita através de certidões ou atestados (CAT), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Órgão competente, demonstrando sua aptidão por já ter executado atividade pertinente e compatível, limitadas às parcelas de maior relevância, definidas. O atestado de capacidade técnica do profissional Mauro Moreira Mesquita, fl. 2142, consigna a execução dos serviços de desobstrução.

Dessa forma o CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA permanece inabilitado para o Lote 01 e não está participando do Lote 02.

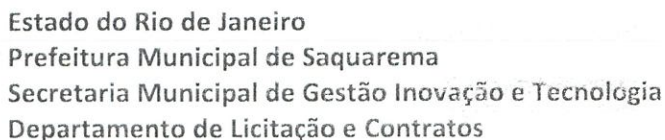
Por sua vez, a Recorrente **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** em sua defesa requer a reforma da decisão do julgamento de habilitação para que seja habilitada para os Lotes 01 e 02.

A Recorrente foi inabilitada pelo não cumprimento da coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares realizada de forma containerizada e os caminhões dotados do sistema de telemetria, em atendimento dos itens 9.4.2, 9.4.2.1 e 9.4.3 do edital.

Em seu recurso esclarece o seguinte:

A recorrente apresentou diversos atestados de capacidade técnico, tanto operacional quanto profissional que comprovam sua expertise na execução do objeto desta concorrência. Mister salientar que, dentre os vários atestados apresentados, temos atestados de prestação de serviços similares emitido pela própria Prefeitura Municipal de Saquarema.





PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2960 RUBRICA 9

Outro atestado é o que consta na folha 2840 emitido pelo Município de Casimiro de Abreu, reproduzido abaixo.

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O atestado constante nas páginas 2847 a 2850, reproduzido a seguir foi emitido pela própria Prefeitura Municipal de Saguarema.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/21  
FLS. 2961 RUBRICA C

Pelas transições acima, resta evidente o atendimento da Recorrente FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA em relação a coleta containerizada e a telemetria.

Assim, os argumentos e atestados apresentados pelo CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA e pela FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA comprovam o atendimento de forma similar ao exigido no instrumento convocatório. A própria legislação em seu artigo 30, § 3 da Lei 8.666/93 admite a comprovação a comprovação de serviços similares equivalentes ou superiores:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Nota-se que similar não é inferior, o Legislador deixa bem explícito que a complexidade tecnológica deve ser equivalente ou superior. Dessa forma, a FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA e o CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA comprovaram o atendimento, conforme fundamentação em legislação e explicação técnica e simplória citada acima.

Avançando um pouco mais na teoria, tem-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, derivado da obrigação da Administração de tratar todos os licitantes com isonomia. O Poder Público não pode deixar de cumprir as condições e normas estabelecidas em seu edital, pois está estritamente vinculado a ele, ou seja, a Administração se vincula ao instrumento convocatório.

Isso se deve ao fato de que, além do ordenamento constitucional aplicado ao Poder Público como um todo, é o edital, juntamente com leis e regulamentos, que instrui o andamento de uma licitação, de forma que o princípio do procedimento formal está presente desde a fase preparatória do certame até à de homologação, ao final. Deve-se ressaltar que essa regra não permite que se façam exageros na condução do processo.

Assim, o Poder Público deve estar estritamente vinculado aos termos do certame, de forma que não possa estabelecer novas condições e exigências que não estejam previstas, além de não poder praticar quaisquer atos que estejam fora dos termos do instrumento convocatório.

Com o exposto, conclui-se que esse princípio determina que, após a publicação do instrumento convocatório, a Administração não deve realizar alterações, exceto se isso for necessário para





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21

FLS. 2962 RUBRICA C

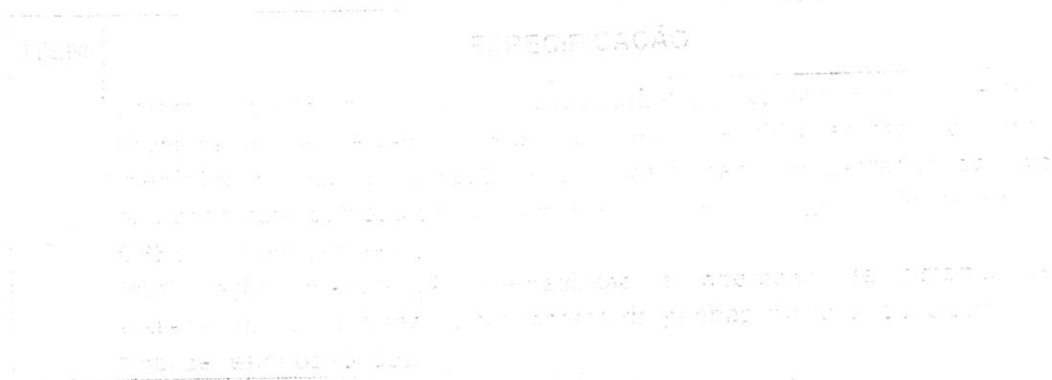
atingimento do interesse público. Assim, resta garantido que haverá moralidade e impessoalidade administrativa, assim como evidencia a segurança jurídica.

A Administração Pública sempre busca assegurar a competitividade como um ponto relevante da disputa licitatória, de forma que os requisitos de habilitação inseridos no edital devem ser suficientes somente para garantir a capacidade da empresa para a contratação, sem restringirem desnecessariamente a competição.

Da mesma forma, a Recorrente comprovou o atendimento da parcela de maior relevância no tocante a Remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos, com manutenção de célula para depósito de resíduos sólidos; sistema de drenagem de águas (superficial e subterrânea), sistema de drenagem de gases e sistema de drenagem de líquidos percolados, em atendimento aos itens 9.4.2, 9.4.2.3 e 9.4.3 do edital.

Seus argumentos recursais validam o cumprimento do item em questão:

Senhores, analisemos o atestado emitido por esta Prefeitura em 06/05/2016, constante na página 2850 de nossa documentação de habilitação.



Portanto Senhores, está óbvio neste atestado que comprovamos a remediação.

Assim sendo, quando tratamos da capacidade técnica, devemos considerar que os requisitos devem ser especificamente atrelados ao objeto da contratação, de maneira a atender plenamente a necessidade da Administração. Isto porque, sempre que possível, a contratação deverá assegurar o maior número de participantes, em atendimento ao preceito constitucional da isonomia, a fim de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa.

Diante destas constatações, podemos afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, atestados de experiência anterior na realização de serviço ou referente a objeto idêntico ao que será contratado. Exceto nos casos em que a restrição for essencial ao cumprimento da obrigação, o que não é o caso.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2963 RUBRICA C

Igualmente, a Recorrente comprovou atendimento da Licença de Operação expedida por órgão ambiental que autorize o contratado a realizar as atividades de coleta e transporte de Resíduos de tratamento de esgoto e chorume, exigida no item 9.4.10 do edital.

A licença apresentada pela empresa FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA traz em seu objeto a coleta e transporte de resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário e redes de drenagem pluvial. Assim o chorume produzido nos aterros sanitários que devem ter a sua base constituída por um sistema de drenagem de efluentes líquidos, uma camada impermeável e outra camada de solo compactada para evitar o vazamento de material líquido para o solo, prevenindo assim a contaminação dos lençóis freáticos.

No entendimento acima, como o chorume é constituído a partir da drenagem de líquidos, a Licença de Operação apresenta atende ao exigido no instrumento convocatório.

Outro argumento da qualificação técnica da Recorrente apontado que resultou em sua inabilitação refere-se ao item 9.4.1 do edital, o qual exige prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA - da circunscrição da sede da empresa licitante, e de seus responsáveis técnicos.

Dentro desse contexto, a empresa não apresentou a certidão do responsável técnico, o Engenheiro Agrônomo Leonardo Vicente da Silva. Embora, o item seja descrito de forma genérica no que exige a qualificação dos responsáveis técnicos. Cabe esclarecer que não é exigido em todo processo administrativo a qualificação e tão pouco a exigência de comprovação de engenharia agrônoma. Inabilitar a licitante por esse formalismo exacerbado vai de encontro aos princípios da Administração Pública já mencionados nesta decisão.

Pela forma elástica do julgamento isonômico dos licitantes, a certidão nada tem a ver com o objeto da licitação, bem como nas suas razões recursais fica evidente a exigência exacerbada. Dessa forma, a Recorrente atende ao estipulado no item 9.4.1 do edital.

Equivalente desatendimento da Recorrente FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA foi à falta de representatividade da procuradora, Sra. Solange Faria Rodrigues, em desacordo com os itens 9.4.12, 9.7 e 9.8 do edital, visto que a Procuradora assinou as declarações pertinentes aos citados itens.

Pois bem! Na documentação apresentada no credenciamento encontra-se a procuração da Recorrente, a qual a Procuradora possui poderes de representatividade da sociedade empresária FGC



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2964 RUBRICA C

PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, dentre os poderes estão os seguintes: representa-la perante as Repartições Públicas da órbita Federal, Estadual e Municipal assinando e apresentando documentos.

Em sua defesa apresenta as seguintes fundamentações:

Prezados Senhores, em que pese o respeito a esta douta Comissão os motivos de inabilitação desta recorrente baseiam-se apenas em motivações infundadas e desprovidas de embasamento legal, valendo apenas do formalismo exarcebado, o que há muito tempo vem sendo condenado pela justiça e pelos tribunais de contas.

O TCU já se manifestou diversas vezes a respeito do tema, conforme demonstrado a seguir.

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." (TCU – Acórdão 357/2015-Plenário)

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências." (TCU – Acórdão 2302/2012-Plenário)

"O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa." (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara).

Em se tratando de julgamento licitatório não se pode sobrepor os meios aos fins, quando se transforma a competição em um concurso de obstáculos formais, onde vence o "mais esperto" e não a MELHOR PROPOSTA.

Não é esse o comando principiológico, nem ético-moral da licitação pública. Fácil é ver-se, pois, que as licitações públicas não podem servir de entremeios de armadilhas a dificultar seu objeto finalístico – auferir o melhor contrato ao interesse público através de ampla competição entre particulares.

O ato administrativo julgador eivado de rigorismo por vezes acarreta efeito contrário aos próprios fins buscados pela via licitatória - o da ampla competição entre particulares para a melhor oferta aquele contrato de interesse público.

O formalismo exarcebado revela sempre excesso de zelo, onde está a faltar a razoabilidade e a proporcionalidade indispensáveis aos atos administrativos.

Sabe-se, que o princípio da razoabilidade há também que ser observado nos decisuns, em especial no Direito Administrativo, como de resto em todo o Direito.

Assim, a Recorrente FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA demonstrou aptidão e cumprimento dos Lotes 01 e 02.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2965 RUBRICA C

Seguindo o entendimento Jurisprudencial do TCU no tocante ao formalismo moderado, mencionado no recurso da FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Previamente ao detalharmos esse princípio, deve-se dar destaque a outros três. Esses três são os que fazem com que exista o princípio do formalismo moderado: princípio da economicidade (vantajosidade); princípio da eficiência; e princípio da supremacia do interesse público.

Acontece que, com o passar dos anos, as decisões do gestor que extrapolaram a razoabilidade pela ampla utilização do rigor formal começaram a ser contestadas pelos órgãos de controle e pela Corte de Contas, o Tribunal de Contas da União (TCU). Um exemplo está no Acórdão do TCU a seguir transcrito, que considerou irregular a inabilitação de um licitante em razão de não ter apresentado cópias autenticadas de sua documentação:

A irregularidade foi caracterizada a partir da inabilitação do instituto em virtude da apresentação de cópias não autenticadas. É pacífico o entendimento do tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à comissão julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame. TCU – ACÓRDÃO 3340/2015 – PLENÁRIO.

Portanto, o princípio do formalismo moderado não faz com que a contratação desrespeite o edital da licitação, nem a legalidade, nem a isonomia. Ao contrário, esse princípio respeita todos os outros e prioriza a satisfação do interesse público, da economicidade e da eficiência. Ademais, visando ratificar todo o exposto até aqui, é válido trazer à baila trechos das decisões do TCU acerca do tema:

A vedação à inclusão de novo documento [...] não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. TCU – ACÓRDÃO 1211/2021 – PLENÁRIO.

Nesse sentido, apesar de a CAT 24097/2021 (peça 64) ter sido emitida em 9/3/2021, esta se refere a “participação do engenheiro químico [...] nos serviços descritos a partir de 3/6/2020, quando foi incluído no quadro técnico da empresa” [...], portanto em momento anterior à realização do certame. TCU – ACÓRDÃO 2443/2021 – PLENÁRIO.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2966 RUBRICA C

A vedação à inclusão de novo documento [...] não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deveria ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro mediante diligência saneadora. TCU – ACÓRDÃO 2568/2021 – PLENÁRIO.

Por fim, como constatado, das oito licitantes, cinco foram inabilitadas pelo descumprimento das alíneas “b” e/ou “c” do item 15.4 do edital [...] outra empresa, foi inabilitada pelo não envio da proposta atualizada com o último lance via sistema em até duas horas (item 15.5.1 do edital), o que denotou, segundo o órgão instrutivo, formalismo exagerado diante do objetivo licitatório da melhor proposta. TCU – ACÓRDÃO 468/2022 – PRIMEIRA CÂMARA

Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida [...] 9.4.1 tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação. TCU – ACÓRDÃO 1924/2011 – PLENÁRIO.

Seguindo o entendimento doutrinário e jurisprudencial a respeito do formalismo moderado, o recurso interposto pelo CONSÓRCIO D2 AMBIENTAL requereu a inabilitação da empresa Força Ambiental Ltda pelo não atendimento dos itens 9.3.3.2 e 9.2.5 do edital.

O item 9.2.5 refere-se à apresentação dos documentos de identidade e CPF de todos os Sócios e Diretores. O CONSÓRCIO D2 AMBIENTAL alega que a empresa Força Ambiental Ltda somente apresentou o contrato social da sua sócia Gestão 21 Construções e Participações Ltda, deixando de apresentar o comprovante de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, vejamos:



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/21  
FLS. 2969 RUBRICA Q

26. Quando da apresentação de seu Contrato Social (item 9.2.2, do edital), a empresa Força Ambiental Ltda. demonstrou ser constituída por 07 (sete) pessoas, sendo seis pessoas físicas e uma jurídica, sendo a empresa Gestão 21 Construções e Participações Ltda. (fls. 1.867/1.877).

27. Todavia, na busca de cumprir o item 9.2.5, do ato convocatório, a empresa Força Ambiental apresentou a identidade e CPF dos sócios pessoas físicas, restringindo-se apenas a apresentar o Contrato Social e a identidade do representante da pessoa jurídica, Gestão 21 Construções e Participações Ltda., não trazendo aos autos o COMPROVANTE DO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA – CNPJ, ou seja, a identidade da pessoa jurídica e nem o estatuto e a ata de eleição do representante da pessoa jurídica. (fls. 1.879/1.895)

Em sua contrarrazão esclarece o seguinte:

Com todo respeito, o Consórcio quer ditar regra e estabelecer a forma de apresentação dos documentos das empresas participantes. Ora, se uma empresa cumpre o exigido de uma forma diferente do que o Consórcio julga estar errado, não quer dizer que o mesmo esteja em desacordo com o edital.

O Contrato Social possui mais informações do que o cartão de inscrição do CNPJ. No contrato social podemos verificar o número do CNPJ, a composição societária, o capital social, os sócios, a sede social e suas filiais, a administração da sociedade, ou seja, toda a existência da pessoa jurídica.

Não tem cabimento inabilitar uma empresa pela falta de um documento que não é exigido no instrumento convocatório.

Conforme os pressupostos elencados no instrumento convocatório, o item 9.2.5 do edital não diz qual será o documento específico que deverá ser apresentado. Dessa forma, tanto o contrato social quanto o CNPJ atendem ao estipulado no item citado.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/21  
FLS. 2968 RUBRICA C

Outro ponto que se requer a inabilitação da empresa Força Ambiental Ltda é pelo descumprimento do item 9.3.3.2 do edital. O mencionado item trata da apresentação da certidão da Fazenda Estadual, observa-se:

9.3.3.2. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual se dará com apresentação de certidão negativa de débitos do ICMS, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão Negativa de Dívida Ativa emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

Tal descumprimento é evidenciado pela apresentação da certidão com o CNPJ da filial da empresa Força Ambiental Ltda sob o n.º 20.217.115/0003-10 e o CNPJ apresentado refere-se à matriz, sob o n.º 20.217.115/0001-40. Em seu recurso esclarece o seguinte:

17. Verifica-se que o CNPJ apresentado pela empresa Força Ambiental Ltda. refere-se a MATRIZ da empresa, sediada na Rua João Francisco de Almeida, nº 1.285, Parte, Centro, São João da Barra/RJ, CEP nº 28.200-000.

18. Contudo, quando da apresentação de sua Certidão de Regularidade Fiscal, como determina o item 9.3.3.2, do ato convocatório, a empresa Força Ambiental Ltda. trouxe aos autos certidão negativa de existência de débitos de sua FILIAL, ou seja, utilizou-se de outro Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 20.217.115/0003-01, outra empresa (fl. 1.915):

21. Logo, quando a empresa Força Ambiental Ltda., na forma do item 9.3.1, do ato convocatório, apresentou sua prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 20.217.115/0001-40 (fl. 1.905), obrigatoriamente suas certidões devem se vincular ao mesmo número do CNPJ, sob pena de nulidade e não apresentação do documento.

22. Deveras, como se já não bastasse, as duas mencionadas certidões integram o mesmo item do ato convocatório (item 9.3.3.2), tanto a Certidão Negativa de Débitos do ICMS, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda, como a Certidão Negativa de Dívida Ativa expedida pela procuradoria Geral do Estado.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/N

FLS. 2969 RUBRICA C

Em sua defesa a empresa Força Ambiental diz em sua contrarrazão:

Em nenhum momento o edital cita que a referida certidão deverá ser emitida em nome da matriz ou de suas filiais, nem mesmo a Lei 8.666/93, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências possui esta previsão legal.

É importante destacar que a empresa FORÇA AMBIENTAL LTDA não é inscrita no ICMS, conforme a certidão apresentada, o que por si só, já comprova a inexistência de débitos.

Ademais, a Primeira Turma do STJ já se pronunciou diante do presente caso unificando o entendimento de que a Administração tributária não deve emitir certidão negativa de débitos quando houver algum estabelecimento integrante do mesmo grupo empresarial.

A Primeira Seção unificou o entendimento das turmas de direito público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao estabelecer que a administração tributária não deve emitir a Certidão Negativa de Débitos (CND) - ou mesmo a Certidão Positiva com efeito de Certidão Negativa de Débitos (CPEND) - para uma filial quando houver pendência fiscal contra a matriz ou outra filial do mesmo grupo.

A jurisprudência pátria no acórdão n.º 2.025.237 - GO (2021/0363194-1), como Relatores a Ministra Regina Helena Costa diz:

Por mais que a certidão apresentada possua o CNPJ de sua filial e não de sua matriz, o instrumento convocatório nada diz em relação à apresentação das certidões por parte de cada domicílio da sociedade. Além do mais, a Lei 8.666/93 não traz previsão legal em relação do fato narrado, cabendo o Administrador a discricionariedade de seus atos.

Segundo a doutrina, a discricionariedade pode ser entendida como a margem de liberdade que possui o administrador público de agir administrativamente dentro dos limites estabelecidos em lei, o que não se confunde com a arbitrariedade, que seria o ato de extrapolar os limites desta, sendo, portanto, ilegal. Dessa forma, a certidão atende ao estipulado no instrumento convocatório.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/21

FLS. 290 RUBRICA C

Adentrando aos elementos que ensejaram na inabilitação do CONSÓRCIO D2 AMBIENTAL, foi o descumprimento do item 9.4.2 qualificação técnica-operacional no que tange aos subitens 9.4.2.1 e 9.4.2.3 do edital.

O primeiro item citado 9.4.2.1 aborda a coleta containerizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares feita em caminhão compactador 15 m3 dotado de telemetria; 50% do valor da planilha orçamentária, cujo Consórcio foi inabilitado por não comprovar a coleta containerizada e a telemetria no quantitativo de 50% da planilha.

Em sua defesa recursal alega o que segue:





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/14  
FLS. 2941 RUBRICA C

37. Como a questão da telemetria, da containerização e da capacidade de carga do caminhão são questões acessórias, estas não necessariamente estariam abarcadas expressamente no texto do atestado técnico.

38. Importante destacar que a Comissão de Licitação deveria, ao recepcionar Atestado de Capacidade Técnica comprovando a execução de um quantitativo equivalente AO DOBRO da exigência técnica editalícia, ter cuidado e cautela adicionais, em busca de manter a competitividade do certame.

39. Neste sentido, uma simples diligência ou requerimento de informações bastaria para elucidar o cumprimento da exigência editalícia em sua integralidade, não precisando nem mesmo se adentrar nas searas da similaridade ou da irrelevância técnica ou financeira de determinadas exigências.

41. Como se já não bastasse, o ora recorrente junta aos autos uma DECLARAÇÃO emitida pela Prefeitura do Município de Rio das Ostras, onde expressamente informa que a prestação do serviço realizada pela empresa Delurb Ambiental Ltda. é feita com caminhões compactadores de 15 m<sup>3</sup> e veículos coletores, equipados de telemetria na totalidade da sua frota e com



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 18.142/21

FLS. 2992 RUBRICA C

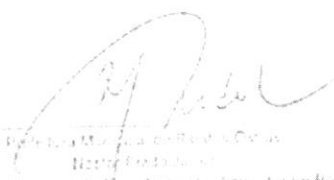
acompanhamento em tempo real, bem como se dá de forma containerizada,  
veja-se:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCARIA

**DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR AO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaramos, em complementação ao Atestado emitido em 13/07/2023 para os devidos fins, que a Coleta e Transporte realizada pela empresa DELURB AMBIENTAL LTDA, com caminhões de capacidade de 15m³ e veículos coletores, equipado de telemetria na totalidade da sua frota e acompanhamento em tempo real, podendo ser acompanhado no porta de transferência de carga (PTC) das Ostras, com o sistema de coleta e transporte realizado no Município a foto de forma containerizada em dois dos pontos, de acordo com os respectivos itens 5.5.1, 5.5.6, 5.7.2 e 5.7.2 Anexo I - Manual Descritivo do Edital.

Rio das Ostras, 04 de outubro de 2023.

  
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca  
Matrícula nº 1.17924-1

Em suas alegações comprova a execução dos serviços os quais foram considerados inabilitados.

Em relação ao item 9.4.2.3 *Remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos, com manutenção de célula para depósito de resíduos sólidos; sistema de drenagem de águas (superficial e subterrânea), sistema de drenagem de gases e sistema de drenagem de líquidos percolados; 50% do valor da planilha orçamentária e ao item 9.4.10. Licença de Operação expedida por órgão ambiental que autorize o contratado a realizar as atividades de coleta e transporte de Resíduos de tratamento de esgoto e chorume*, o CONSÓRCIO D2 AMBIENTAL deixa claro em seu recurso que só está participando do Lote 01.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21  
FLS. 2943 RUBRICA C

33. O primeiro erro flagrante da análise da Comissão de Licitação é que o item de relevância técnica 9.4.2.3 é relativo ao objeto do Lote 2. Como o edital é dividido em lotes e não há a obrigatoriedade de participação em todos os lotes, o Consórcio não participou do Lote 2, cujo item citado de relevância técnica é afeito. É ver para crer:

Dessa forma, o CONSÓRCIO D2 AMBIENTAL cumpriu o estipulado para o Lote 01.

A Administração, conforme se depreende, executa suas atividades em benefício da coletividade, contudo, mesmo quando age para atingir algum objetivo estatal imediato, o real fim de seus atos deve estar direcionado para o atendimento do interesse público. Com essa construção, de acordo com o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, identificada uma ação tomada em desconformidade com a lei ou com o interesse público, devem os gestores públicos ter a possibilidade administrativa de revê-la, ajustando assim o ato, de forma que os interesses do Poder Público estejam em sobreposição aos eventuais interesses particulares envolvidos.

É dessa necessidade que surge a possibilidade de anulação e revogação dos atos administrativos. Conforme prevê a Súmula 473 do STF, a Administração tem o poder de revogar seus próprios atos por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando-se os eventuais direitos adquiridos, ressalvada sempre a possibilidade de apreciação judicial. Pode ainda anular seus atos praticados quando identificar vícios que os tornam ilegais, uma vez que deles não se originam direitos.

Há um sério risco para a contratação se forem apenas consideradas as questões relacionadas ao menor preço, ignorando-se as questões técnicas, como a qualidade, que podem ser irregulares pela falta de habilitação da empresa ou até mesmo pelo oferecimento de produto com qualidade inferior à requerida pela Administração. Caso se considere apenas esse critério, há o perigo de proporcionar prejuízos aos cofres públicos, gerando uma inconformidade com a legislação e com os princípios que regem a licitação.

Por fim, as alegações das Recorrentes merecem ser apreciadas parcialmente.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 19.142/21  
FLS. 2994 RUBRICA E

### III – DECISÃO

Mediante o exposto, nos termos da fundamentação exarada pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO recebe os recursos e as contrarrazões interpostas e no mérito DAR PROVIMENTO parcialmente da seguinte forma:

#### A) EMPRESAS HABILITADAS, a prosseguirem no certame:

- 1 – FORÇA AMBIENTAL LTDA – HABILITADA PARA OS LOTES 01 E 02;
- 2 – CONSÓRCIO D2 AMBIENTAL (DELURB AMBIENTAL LTDA E DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA) – HABILITADA PARA O LOTE 01;
- 3 - FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - HABILITADA PARA OS LOTES 01 E 02.

#### B) EMPRESA INABILITADA, a não prosseguirem no certame:

1 - CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA (LIMPPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA E ARPOADOR SERVIÇOS LTDA) pelo não atendimento dos seguintes itens do edital:

a - pelo não atendimento ao item 9.2.5- Identidade e CPF de todos os Sócios e Diretores. Não apresentou documentos da sócia integral Limppar Participações S.A;

b - pelo não atendimento ao item 9.3.3.1. A prova de regularidade com a Fazenda Federal se dará com apresentação de certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a e d, do parágrafo único do art. 11, da lei nº 8.212 de 1991. Apresentou certidão vencida em 16/09/2023 da consorciada Arpoador Serviços Ltda.;

c - pelo não atendimento ao item 9.4.7. Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 14.142/21

FLS. 2945 RUBRICA C

Poluidoras, além da Certidão Negativa de Débitos. Não apresentou Certidão Negativa de Débitos das empresas Limppar Construção e Serviços Ltda e Arpoador Serviços Ltda.;

d - pelo não atendimento ao item 9.4.9. Licença de Operação expedida por órgão ambiental que autorize o contratado a realizar as atividades de coleta e transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e de Resíduos de Serviços de Saúde. Não apresentou licença de Operação da consorciada Arpoador Serviços Ltda.;

e - Pela inabilitação do CONSÓRCIO SAQUAREMA LIMPA (LIMPPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA E ARPOADOR SERVIÇOS LTDA), em referência aos os Lotes 01 e 02;

2 - GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA, inabilitada conforme parecer técnico. A empresa não se manifestou em fase de recurso administrativo;

f - Pelo não provimento no pedido de inabilitação da empresa Força Ambiental, apresentado pela Consórcio D2 Ambiental;

g - Pela manifestação da Assessoria Jurídica;

h - Após a consideração superior, na forma do artigo 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 16:50 horas, da qual eu, Samuel Aranda Neto, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Jaqueline Gouveia da Silva

Flavio Fernandes José da Silva

Samuel Aranda Neto  
Presidente

Caroline Santos Ramos Marinho

Ricardo Sodré Aguiar